Resumo de notícias econômicas

10 de Agosto de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 150

Núcleo de Inteligência da Sedet

ADECE
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 10 DE AGOSTO DE 2021

Novo Bolsa Família reúne 9 benefícios; valor é incerto

O Estado de S. Paulo

Jair Bolsonaro apresentou sua proposta de reformulação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil. O novo desenho prevê três benefícios básicos e até seis auxílios complementares. Não há definição dos valores.

O novo desenho prevê três benefícios básicos e até seis auxílios complementares, mas nenhum ainda tem o valor definido. O desenho prevê como complementos bolsas de incentivo ao esporte, iniciação científica, creche, além de auxílios para inclusão produtiva rural e urbana e um benefício compensatório de transição para atuais beneficiários do Bolsa Família.

Segundo o governo, os beneficiários que tiverem aumento da renda e saírem da faixa de inclusão do Auxílio Brasil serão mantidos na folha de pagamento por mais dois anos (24 meses), como parte das "medidas emancipatórias". Bolsonaro atravessou a pé a Esplanada dos Ministérios para entregar o texto da medida ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), seu aliado que prometeu celeridade no processo. A medida precisa ser aprovada ainda neste ano para não esbarrar em veto da legislação eleitoral. Durante a cerimônia, Bolsonaro voltou a dizer que a nova versão do Bolsa Família deve ter um reajuste de "ao menos" 50%, o que levaria o valor médio – hoje em R$ 189 – para algo em torno de R$ 285 mensais.

A definição de quanto os beneficiários receberão se tornou uma queda de braço entre as alas política e econômica do governo. A equipe econômica afirma que o espaço no Orçamento de 2022 comporta até R$ 300. Acima disso, seria pago um "bônus variável" com parte dos recursos obtidos pelas privatizações. No entanto, a ala política quer garantir um valor médio maior, de R$ 400. Na semana passada, Bolsonaro disse que "outros 50%" seriam anunciados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

A divergência está no “bônus” a ser pago aos beneficiários sempre que uma empresa estatal for privatizada. A ala política reclama que esses valores são incertos e podem demorar a cair na conta das famílias que estão no programa. Para esse grupo, o incerto é “ruim politicamente” e o melhor seria estabelecer desde já um valor maior, de R$ 400. Para a equipe econômica, não dá para “desvirtuar” a lógica do fundo, que terá recursos em caso de haver privatizações e “é incerto por natureza”.

O ministro da Cidadania, João Roma, disse que o valor dos benefícios deve ser definido até o fim de setembro. Quando isso ocorrer, uma nova medida provisória precisará ser encaminhada ao Congresso. O novo auxílio deverá ser pago a partir de novembro de 2021, de acordo com os planos do governo. Roma disse que o alcance do novo Bolsa Família deve passar dos atuais 14,6 milhões de beneficiários para mais de 16 milhões de famílias atendidas.

O ministro reconheceu, porém, que sem a aprovação da proposta que parcela dívidas judiciais da União para liberar espaço no Orçamento de 2022, o incremento de R$ 18 bilhões no programa social para conceder os reajustes e ampliar sua cobertura ficará comprometido.

Oportunidades no mercado energético global

O Estado de S. Paulo

As justas pressões contra o desgoverno federal na área ambiental não deveriam eclipsar as conquistas do País no campo do desenvolvimento sustentável. Segundo um estudo comparado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre energias renováveis no Brics, o Brasil lidera com folga o processo de transição energética no bloco.

O grupo de cinco países emergentes pode parecer demasiado circunstanciado numa perspectiva global. Mas ele responde por 41,4% da população do planeta, quase um quarto do PIB e mais de um terço do consumo e produção de energia. A China é o maior mercado de energia do mundo e há décadas tem sido a grande propulsora da demanda mundial. Nas próximas décadas, a Índia deve assumir essa posição.

Mas o porcentual de energia fóssil no bloco é elevado. Nas matrizes da China e da Índia, é de respectivamente 87% e 92%; na Rússia, de 94%; e na África do Sul, de 97%.

Já no Brasil, 45% da energia já vem de fontes renováveis. Historicamente, isso se deve às políticas voltadas para a energia hidrelétrica. Mas nos últimos anos a diversificação vem se acelerando. Hoje, 7% da matriz brasileira é composta por biocombustíveis; 4,5%, por fontes eólicas e solares; e 4%, por biomassa. O choque da pandemia deve reforçar tendências mais sustentáveis, criando oportunidades para as economias emergentes. Ainda que tardiamente em relação aos países da OCDE, os Brics têm se engajado no esforço de reduzir emissões. O tema é cada vez mais recorrente nas suas reuniões de cúpula.

Há inúmeras possibilidades de cooperação no comércio de energia e equipamentos de tecnologia, investimentos, financiamento e pesquisas. Cada um desses aspectos representa uma janela de oportunidades para o Brasil.

A cooperação financeira avançou a partir da estruturação do Novo Banco de Desenvolvimento do Brics, com boa parte dos recursos orientada para projetos em energia. A cooperação em pesquisa conta com plataformas desenvolvidas e novas tecnologias disruptivas, como o uso de hidrogênio. O gás natural pode ser um passo importante para a descarbonização dos Brics. Nesse sentido, o Novo Marco do Gás abre ainda mais possibilidades para o Brasil.

O irremediável antiambientalismo do presidente Jair Bolsonaro é um entrave. Mas este governo passará. As oportunidades permanecerão. Seja pelos ganhos econômicos, ambientais ou geopolíticos, o País não pode desperdiçá-las.

Brasil abre 789 novas lojas online por dia

Broadcast

Nos 12 meses encerrados em julho, o comércio eletrônico brasileiro totalizou quase 1,59 milhão de lojas online, 22% a mais do os 12 meses imediatamente anteriores. A variação indica que 789 novas lojas online foram criadas por dia no Brasil em média. O ritmo de crescimento do e-commerce no País desde 2015 tem uma taxa anualizada de 23,69%. Os dados são da 7.ª edição da pesquisa Perfil do Ecommerce Brasileiro, do Paypal Brasil e da Bigdatacorp.

Ao todo, são 372 mil empresas que vendem em algum dos 20 principais marketplaces do Brasil. Dessas, 44,8% têm presença em marketplaces e em site próprio.

Ou seja: mais da metade só vende online por meio de um shopping virtual. Mais de 60% das lojas já adotam meios eletrônicos de pagamento, alta de 4,6 pontos porcentuais em relação a 2020.

Para Thoran Rodrigues, fundador da Bigdata Corp, que desenvolveu a pesquisa, a dependência de marketplaces começa a prejudicar os lojistas. “O lojista sai fragilizado quando depende de um terceiro para falar com seu consumidor”, afirma. Ele diz que as marcas menores desaparecem nessa relação de consumo em que grandes negócios colocam suas logomarcas até mesmo na caixa que o cliente recebe os produtos de pequenos empreendedores.

Em outros países, explica ele, já há reação dos lojistas e de governos contra empresas que detém um “poder muito grande”. “Vamos ver como o processo regulatório vai evoluir.”

Gigante da carne, JBS faz aposta em peixes

O Estado de S. Paulo

A JBS quer se tornar relevante no mercado global de peixes, a última fronteira que falta para a empresa no setor de proteína animal, e a compra da australiana Huon Aquaculture é o primeiro passo para isso. Essa é a visão do presidente global da companhia, Gilberto Tomazoni. Segundo ele, a empresa quer repetir a expansão que teve em outros segmentos, como o de frangos, suínos e de alimentos processados. “É um segmento que continua crescendo ano após ano e não existe qualquer tipo de barreira religiosa para o crescimento. Não sei dizer em quanto tempo vamos ter essa relevância, mas o que eu posso dizer é que aprendemos rápido”, afirma Tomazoni . “É muito mais do que uma aquisição: é um movimento estratégico.”

A JBS firmou um acordo para comprar a operação da Huon por cerca de R$ 1,65 bilhão, ou 425 milhões de dólares australianos. O negócio ainda depende da aprovação de órgãos reguladores da Austrália e da aprovação dos acionistas da Huon. No entanto, os principais acionistas da empresa, Peter e Frances Bender (que possuem 53% do negócio), recomendaram o negócio dizendo que ele atende aos melhores interesses do grupo.

A estreia da JBS na produção própria de pescados acontece em um mercado em que ela já possui uma operação importante. Na Austrália, a companhia brasileira já possui mais de 12 mil empregados e tem a exportação de carne bovina como o seu principal negócio. A empresa comprou a Rivalea, líder no país na produção de suínos. Porém, a operação da Huon funciona praticamente para abastecer o mercado interno: apenas 15% dos peixes são exportados.

Para Tomazoni, esses números de exportações podem crescer, já que a empresa possui uma grande experiência com esse mercado. “O mercado australiano continuará sendo o foco, mas existe todo um mercado premium de exportação de produtos frescos. E, caso o negócio seja aprovado, a Huon terá acesso a toda a nossa estrutura de distribuição, marketing e vendas. Vamos ter uma grande sinergia nisso”, afirma. Mas o mercado que a Huon deve acessar para um aumento de exportações será a Ásia, segundo o executivo. Ou seja, os peixes, pelo menos no início, não serão exportados para o Brasil. Em março deste ano, a JBS estreou no mercado de pescados com uma nova linha da Seara, com produtos como filé de tilápia, lombo de salmão (especialidade da Huon) e camarão, entre outros.

Para David Lelis, sócio da Valor Investimentos, o mercado apostou que a empresa está tendo um gasto agora para ter um caixa futuro bem mais positivo. “Não é um mercado igual, mas que combina bastante com os outros em que ela já atua”, afirma. Para Saulo Sturaro, sócio da JK Capital, o risco da aquisição é baixo e a empresa deve, em breve, fazer novas aquisições nessa área. “O consumo de peixes saiu de 9 quilos por pessoa para ultrapassar mais de 20 quilos atualmente. Olhando para o porte da empresa e as sinergias que ela conseguiria, nos parece uma expansão muito interessante”, diz.

Empresas buscam saídas para driblar mercado volátil

O Estado de S. Paulo

Um número crescente de companhias está redesenhando seus IPO’s na Bolsa para terem mais sucesso na empreitada. Para ganhar agilidade, algumas diminuem o número de ações a serem vendidas ou escolhem destinar a oferta apenas a investidores institucionais, como os fundos de investimento e os de pensão, deixando as pessoas

físicas de fora. Os ajustes ocorrem em um ano já de recorde de ofertas de ações no Brasil e com estimativas de o volume superar os R$ 200 bilhões no consolidado de 2021.

Várias operações têm saído abaixo do valor inicialmente previsto. Foi o caso da Oncoclínicas, cuja oferta deverá ser de R$ 3,6 bilhões, abaixo dos R$ 6 bilhões previstos inicialmente. Já a Raízen, sociedade entre Cosan e Shell, fez uma oferta inicial de ações que movimentou R$ 6,9 bilhões – ante os R$ 13 bilhões estimados antes da largada. No setor de saúde, a rede hospitalar Kora foi mais uma que decidiu lançar sua oferta de ações voltada para investidores institucionais. Antes, o mesmo modelo havia sido adotado nas ofertas da Infracommerce, Dotz e do banco BR Partners.

A Viveo, holding que reúne os negócios da Cremer e da Mafra Hospitalar, trilhou o mesmo caminho. A empresa, que acaba de concluir sua oferta, postergou o IPO inicialmente previsto para o início do ano e lançou a oferta apenas para institucionais e ancorada em fundos como a Dynamo e Equitas, além do fundo soberano de Cingapura GIC.

Quando uma empresa decide fazer sua oferta apenas para fundos de investimento, precisa cumprir exigências da CVM, o xerife do mercado de capitais no Brasil. Além de não poder vender as ações da oferta para pessoas físicas, como normalmente ocorre, existe uma limitação da quantidade de investidores que os bancos podem abordar no processo. A vantagem, contudo, é a rapidez desse processo, principalmente em relação a um IPO normal, cujas negociações se estendem por semanas.

Sócio do BTG Pactual e responsável pela área de renda variável do banco, Fábio Nazari comenta que o mercado está muito bom para as ofertas de ações, com bastante apetite dos investidores, mas para algumas operações a decisão tem sido mudar a fórmula para ajustar ao momento do mercado.

“Quando fazemos a oferta com esforços restritos (a direcionada apenas a um grupo de investidores institucionais), a oferta é lançada apenas quando se encontra a demanda”, diz. Isso gera mais tranquilidade no processo, exatamente porque a operação sai quando já existe um grupo de investidores interessados e que garantirão o sucesso dela, explica.

Segundo o responsável global pelo banco de investimento do Itaú BBA, Roderick Greenless, a sugestão às empresas que postergaram a oferta tem sido de manter o processo para se obter o registro de companhia aberta com a CVM, mesmo sem lançar ações em um primeiro momento.

O executivo afirma que várias empresas seguiram esse trâmite e muitos desses casos devem se desenrolar ao longo dos próximos meses. “Nós sugerimos que mantenham esse processo porque existe essa vantagem de ser uma companhia aberta. Fora isso, quando for voltar com a oferta, não será mais necessário passar por esse processo”, comenta o executivo. “Veremos várias ofertas assim”, comenta o executivo do Itaú BBA. No “check list” da empresa interessada em fazer uma oferta apenas para investidores institucionais está o registro de companhia aberta na CVM.

Porto de Santos apoiará navios ‘verdes’

Folha de São Paulo

Com previsão de ser privatizado em 2022, o Porto de Santos traçou planos para reforçar a agenda de sustentabilidade no complexo portuário, o maior da América Latina. Os projetos vêm no embalo da inclusão da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o porto, na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada a compromissos ESG (sigla em inglês para os aspectos ambiental, social e de governança).

O presidente da SPA, Fernando Biral, antecipou medidas que a empresa colocará em prática nos próximos meses ou durante a concessão das atividades do porto. “Nós fizemos a lição de casa, então, agora, precisamos ter uma agenda mais ambiciosa”, disse Biral, que citou ações pela água, clima, contra a corrupção e de comunicação e engajamento.

As iniciativas estarão previstas na revisão do planejamento estratégico 2021-2025 da companhia, que deve ser aprovado até o fim de agosto pelo conselho de administração. Uma delas tem como objetivo incentivar a descarbonização das embarcações. Isso será feito por meio de uma redução da tarifa de utilização da infraestrutura portuária para navios “verdes”, que emitem menos poluentes. A proposta já foi encaminhada para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). “Todo

navio que tiver um combustível mais limpo vai ter um desconto na tarifa", disse Biral, no comando da SPA desde o ano passado.

Outra medida avaliada pela companhia é a eletrificação do cais do porto. A ação será implantada mais a longo prazo e, por isso, deverá ser conduzida pela empresa que arrematar a concessão dos serviços de administração do porto na privatização. A iniciativa possibilita que os navios desliguem os motores movidos a óleo enquanto estiverem atracados, para usufruir da eletricidade que será oferecida pelo porto. Como consequência, menos combustível é queimado, com redução na emissão dos poluentes.

"No porto, o navio fica parado, mas também fica queimando óleo, e o que queremos fazer é disponibilizar infraestrutura elétrica para que, em vez de queimar esse óleo, ele possa se plugar na rede elétrica", afirmou. Segundo ele, os portos da Califórnia já oferecem esse serviço. A ideia inicial é que a obrigação de eletrificação esteja prevista no contrato da concessionária que operar o porto.

O presidente da SPA reconhece que, para a mudança ser usufruída pelas embarcações, há um custo, já que o uso do cais eletrificado demanda uma reforma nos navios. Mas essas inovações fazem parte de um movimento em curso no mundo todo, que exige a redução da intensidade de carbono no transporte marítimo. Recentemente, a Organização Marítima Internacional (IMO) estabeleceu novas medidas obrigatórias para que os navios diminuam a emissão de gases poluentes.

A estatal também planeja um inventário de gases de efeito estufa, que servirá para medir com precisão em quanto está a emissão desses poluentes no local do porto. Segundo Takano, para a realização do inventário, a companhia está em estágio final de contratação e a previsão é que, a partir do próximo ano, os estudos sejam iniciados. Além dessa iniciativa, o porto fará uma avaliação dos riscos das mudanças climáticas nas operações portuárias.

Fundos do agronegócio querem conquistar pessoas físicas

E-Investidor

Criados em 1993, os fundos imobiliários tiveram sucesso em aproximar investidores pessoas físicas do setor imobiliário, que até então era dependente de subsídios do governo federal. Nos últimos dez anos, o número de investidores saltou de

36 mil para 1,4 milhão, atraídos principalmente pelas isenções fiscais. A expectativa do mercado agora é replicar esse sucesso, mas com os fundos de investimento do agronegócio.

O setor agropecuário é um dos motores da economia brasileira e dependente de financiamento público. A nova modalidade foi instituída recentemente pela Lei 14.130, de março de 2021, com base nos mecanismos usados pelos fundos imobiliários, e regulamentada provisoriamente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Isso quer dizer que os papéis do agronegócio ainda não têm regulamentação própria, mas há uma resolução provisória para viabilizar o registro de três destas aplicações: os fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento em participações. Desde a segunda-feira, a B3 tem permissão para listar e negociar essas aplicações, disponíveis para qualquer investidor.

Já existem duas ofertas de fundos de agronegócio na CVM. O primeiro é da Fiagro Santa Fé Terra Mater, que pretende captar R$ 500 milhões, com cota a R$ 100. A aplicação investirá em ativos como certificados de recebíveis do agronegócio, letras de crédito do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários lastreados em créditos imobiliários oriundos de imóveis rurais e cotas de fundos de investimento. O segundo pedido é o do Riza Agro, que terá uma taxa de administração de 1,15% ao ano.

A expectativa é captar R$ 350 milhões com a oferta. Segundo Jonatas Couri, líder da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs) e sócio-fundador da Pag-Agro, esse novo investimento é um divisor de águas para o mercado de crédito e aportes do agronegócio. O segmento deve ter seu potencial de liquidez de recursos multiplicado por meio do novo veículo de investimento. As aplicações também serão isentas de Imposto de Renda para pessoas físicas, como acontece nos fundos imobiliários. “A ABFintechs estima que as agfintechs (fintechs do agronegócio) farão uso regular desse veículo para captação para suas operações”, diz Couri.

Os fundos do agronegócio devem ter regulamentação própria no médio prazo. Para Nicolas Paiva, advogado especialista em direito agrário e imobiliário e sócio do escritório Silveiro Advogados, haverá um conjunto mais abrangente de investimentos do que em um fundo imobiliário. “Pode-se investir em imóveis rurais, participação em sociedades (de capital aberto ou fechado) que explorem atividades integrantes das

cadeias produtivas agroindustrial, ativos financeiros, títulos de crédito ou valores mobiliários, além de direitos creditórios do agronegócio, entre outros", explica Paiva.

Promessa de Bolsonaro, vale-gás já é distribuído por governadores

O Estado de S. Paulo

Enquanto o governo Jair Bolsonaro não consegue cumprir a promessa de oferecer o vale-gás, alguns governadores se anteciparam e criaram o auxílio para a população mais carente.

O benefício já é realidade para famílias do Maranhão, São Paulo e Ceará, de forma temporária, em razão da pandemia da covid-19. Outros Estados também não querem ficar para trás e já preparam propostas semelhantes. No Distrito Federal, o programa foi anunciado pelo governo e aprovado na Câmara Legislativa em menos de uma semana. Ao menos outros cinco Estados têm medidas semelhantes em análise nas Assembleias Legislativas. Também há propostas para a criação de um auxílio com abrangência nacional no Congresso.

A corrida pelo protagonismo está ligada ao aumento do preço do botijão de 13 quilos. Entre julho de 2020 e junho deste ano, de acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), o preço final do botijão aumentou 25%, de R$ 69,96 para R$ 87,44, em média. Embora o governo tenha zerado a incidência de impostos federais sobre o GLP neste ano, o impacto nos preços foi pequeno, em torno de R$ 2 por botijão, e parte da população mais carente voltou a apelar à lenha.

Em abril, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o governo estava trabalhando na criação de um programa para que as famílias mais vulneráveis tivessem acesso ao botijão de gás. A promessa era que as discussões fossem concluídas em dois meses, mas até hoje a ideia não saiu do papel.

Desafeto de Bolsonaro, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou a ampliação do programa nesta semana. O benefício de R$ 300, pago em três parcelas

de R$ 100 a cada dois meses, será destinado para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza (com renda per capita de R$ 178) não inscritas no Bolsa Família.

No Maranhão, o Programa Social Vale-Gás teve início em maio. O valor da primeira parcela foi de R$ 71,50. Na segunda e terceira etapas do programa, o auxílio será pago por cartões com créditos para serem usados na recarga do botijão. O benefício passará de R$ 105.

No Ceará, a medida foi feita em duas etapas temporárias, por conta dos impactos da pandemia. No total, foram distribuídos 501.543 botijões em 2020 e 2021.

O presidente do Sindigas, Sergio Bandeira de Mello, afirma que políticas sociais para o botijão de gás têm impacto muito grande. Cerca de 34 milhões de botijões de 13 quilos são vendidos por mês, e cada um deles dura, em média, 56 dias. Para ele, os subsídios estaduais vão na direção correta. “Estamos vivendo um momento em que há queda na renda e aumento de preços. Políticas focadas nos mais necessitados já deveriam ter sido feitas antes.”

Ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e professor da UFRJ, Maurício Tolmasquim diz que deveria haver um programa nacional. “Iniciativas estaduais atendem aqueles Estados que têm condições. Uma iniciativa federal beneficiaria a todos.”

Fintechs buscam cliente ‘sem banco’ até em aldeias

Broadcast

Com atrativos como tarifa zero e praticidade de transações, bancos digitais miram 44% dos municípios do País desprovidos de agência e buscamos 16 milhões sem conta-corrente até em aldeias indígenas. Para conseguir mais clientes, fazem marketing em redes sociais e dão cashback a quem indica um amigo. As barreiras são a falta de conectividade e a cultura de utilizar agências físicas. Letícia Carolina Ribeiro Santos mora na Aldeia de Xandó, numa reserva de índios Pataxós, em Caraíva. Ali, distante 740 quilômetros da capital baiana, Salvador, a população sobrevive do turismo, da pesca e do comércio de artesanato indígena. O local não tem agência bancária, e a internet ainda é via rádio. Apesar disso, aos 19 anos, Letícia comemora a abertura de sua primeira

conta corrente digital. Em menos de um dia, sem precisar ir a um banco, ela abriu a conta e já começou a usar.

Atualmente, 44% dos 5.570 municípios do Brasil não têm agência bancária. Esse número pode aumentar com a política de fechamento de agências pelos grandes bancos. Segundo dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo, de dezembro de 2014 para cá, foram encerradas as atividades de 5.265 agências no País. E outros fechamentos devem vir pela frente, sobretudo após a pandemia e a maior familiaridade da população com o mundo online.

Calcula-se que hoje o País tenha mais de um smartphone por habitante e, ao mesmo tempo, cerca de 16 milhões de pessoas sem conta em banco. Outros 17,7 milhões têm acesso precário ao sistema bancário, segundo o Instituto Locomotiva. Juntos, eles movimentam cerca de R$ 347 bilhões por ano – um mercado que tem saltado aos olhos dos bancos digitais.

“Onde há pessoas com dificuldade de acesso aos serviços financeiros, há oportunidade de negócios”, diz Bruno Magrani, presidente da Zetta, associação de empresas de serviços financeiros digitais. Segundo ele, por ter uma estrutura enxuta, as fintechs conseguem atender até a população de baixa renda, já que não cobram tarifas. “Para uma parcela da população é caro pagar R$ 20 ou R$ 30 por mês de manutenção de conta e R$ 10 a R$ 15 em transferências.”

Para alcançar essa população, cada um tem adotado uma estratégia diferente. “Mas nenhum banco digital nasce sem alguns pontos básicos”, diz o sócio da PwC Brasil, Eduardo Alves. Esses itens, afirma ele, são a ausência de tarifas, cashback, programa de fidelidade, educação financeira e simplicidade. E ele tem razão. A estudante Selena Freitas, de 22 anos, foi atraída para o banco digital Neon. Selena mora em Cachoeira Dourada (GO), cidade de 8 mil habitantes com uma agência bancária do Bradesco. Ela conta que conhece várias pessoas do município que estão optando pelas fintechs por causa do custo baixo.

Na avaliação de Sergio Costantini, diretor da Mambu no Brasil – fintech alemã de soluções para o setor bancário –, a investida dos bancos digitais em pequenas cidades fará a inclusão financeira e digital. Portanto, é preciso melhorar o acesso à rede e ampliar a cobertura no País. Segundo Costantini, se no passado o sinônimo de crescer

no sistema bancário era abrir agências, hoje é ter mais tecnologia. Ou seja, antes a capilaridade de um banco vinha por meio de agências espalhadas pelo País. A partir de agora isso vai ocorrer pela inovação.

Compass avança no mercado de gás com Yara

Broadcast

Um dos principais desafios para que a Compass consiga efetivar a compra da participação da Petrobrás na Gaspetro é provar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que ainda haverá concorrência no mercado de gás do País. A venda da fatia de 51% do negócio foi anunciada no fim do mês passado, por R$ 2 bilhões. A empresa que pertence ao Grupo Cosan, continua avançando em outras frentes no mercado de gás. Com o destravamento do mercado livre do insumo, a partir das mudanças na legislação, a Compass fechou mais um contrato e se tornará fornecedora da fabricante de fertilizantes Yara. É seu segundo acordo. O primeiro foi feito com a Rhodia, na semana passada.

Segundo o presidente da Compass Comercialização, Sergio Silva, a empresa negocia contratos no mercado livre com mais de uma dezena de companhias, que seriam supridas pelo terminal de regaseificação, a ser implantado no Porto de Santos e que terá potencial para fornecer 14 milhões de metros cúbicos por dia. “A Compass está distante da posição dominante no mercado de gás, mas vamos tentar ser um competidor relevante”. Com a estrutura, a empresa pretende participar de chamadas públicas das distribuidoras de energia, a partir de 2023. “Temos clientes em São Paulo e outros Estados, entre industriais e distribuidoras de gás”.

O acordo com a Yara deve suprir a demanda de 700 mil metros cúbicos diários de gás que a empresa consome hoje, daqui dois anos. A ideia é cortar custos de fertilizantes nitrogenados. O gás é a principal matéria-prima na fabricação do insumo e responde por até 80% do custo variável de produção.

O vice-presidente da Yara Internacional, Daniel Hubner, disse que a empresa tenta há dois anos migrar para o mercado livre. Atendida hoje pela Comgás, também do Grupo Cosan, a Yara terá no mercado livre flexibilidade na indexação dos preços, que poderão ser atrelados ao Brent, Henry Hub, ou índices como TTF e JKM.

Pedido de Incentivos Fiscais dos EUA

Broadcast

Em mais um capítulo da cruzada dos EUA contra a chinesa Huawei, líder mundial em equipamentos para telefonia 5G, representantes do governo norte-americano pediram que o Brasil adote uma política de incentivo ao Open Ran, padrão que permite que equipamentos e programas de diferentes fornecedores conversem entre si.

Os EUA pediram incentivos fiscais para ampliar a cadeia de fornecedores. Indiretamente, a iniciativa reduziria o poder da Huawei no médio e longo prazo. O tema foi discutido em reunião na embaixada com representantes de empresas como IBM, Dell, Qualcomm e Nokia. A Anatel afirmou que já criou um grupo de trabalho sobre o Open Ran. No entanto, disse que qualquer incentivo esbarra nos limites e regras do Orçamento – que já estão no limite. de reservatórios e compartilhamento de infraestrutura.

Sobe a confiança do empresariado, cai a incerteza

Broadcast

Apesar dos desmandos em Brasília, à medida que a imunização avança e as taxas de contágio e mortalidade caem, a confiança do Brasil que produz aumenta. Pelo quarto mês consecutivo, o Índice de Confiança Empresarial do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV registrou alta. Pela primeira vez, os quatro grandes setores – Indústria, Serviços, Comércio e Construção – atingiram índices superiores à pré-pandemia. Em julho, o índice chegou a 101,9 pontos, o maior nível desde 2013.

Em que pese a alta geral, os resultados são heterogêneos. Até então, só a Indústria atingira níveis superiores à pré-pandemia, mas o setor continua enfrentando problemas de abastecimento de insumos. A confiança do Comércio apresentou avaliações muito favoráveis em segmentos como Materiais de Construção ou Veículos, e mais fracas em Supermercados. No Setor de Serviços o otimismo em relação aos próximos meses voltou em alguns dos segmentos mais afetados, como Alojamento e Alimentação, mas a percepção sobre a situação atual segue fraca. No agregado, houve melhora nos dois indicadores de tempo, a Situação Atual e as Expectativas para o Futuro

Próximo, com destaque para a alta de 3 pontos neste último. Ambos atingiram seus níveis mais altos desde 2013.

Mas materializar essa confiança em estabilidade ainda demandará esforços. Em julho, após uma alta em maio, o Indicador de Incerteza Econômica do Ibre recuou 3 pontos, para 119,3 pontos, com resultados favoráveis em ambos os seus componentes – Mídia e Expectativas. Em 2020, entre março e dezembro, a média foi de 164,3 pontos, chegando a 210,5 pontos em abril. O nível atual, contudo, segue elevado, acima da média de 115 pontos entre 2015 e 2019.

A economista do Ibre Anna Carolina Gouveia estima que em até dois meses seja possível retornar aos níveis pré-covid. Mas ainda não há previsão para uma queda a níveis "confortáveis" para o investimento das empresas e o consumo das famílias. Vale lembrar que o mercado de trabalho segue fragilizado e o emprego ainda não deu sinais de recuperação robusta. Mesmo ante a perspectiva de superação dos obstáculos causados pela crise sanitária, restam pontos de estresse, como a aceleração inflacionária, a crise energética ou a instabilidade política.

O setor produtivo está confiante, mas para que a retomada seja sustentável, Brasília precisa fazer a sua parte.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.
Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.
* **O estoque de empregos 2020:** Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020.
** **O estoque de empregos 2021:** Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP